



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO

Município: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial na SMS São Sebastião do Paraíso

Entidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO

CPF/CNPJ: 15.595.397/0001-89

Município/UF: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

Unidade Visitada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO

CPF/CNPJ: 15.595.397/0001-89

Município/UF: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG

Demandante: Ministério Público Estadual

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: janeiro /2018 a julho /2019

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	24/06/2019	12/08/2019
Execução - In loco	26/08/2019	29/08/2019
Relatório	30/08/2019	17/09/2019

Tarefa Nº: 96257

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

WANDILSON APARECIDO BICEGO

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: Desde 22/11/2016

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Solicitação de Auditoria Especial na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso cuja demanda é da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso encaminhada via processo SEI: 1320.01.0038599/2019-96 em 29/03/2019 pela Subsecretaria de Regulação em Saúde por meio do Despacho nº 171/2019/SES/SUBREG à Assessoria de Auditoria Assistencial. Solicita análise e parecer, referente ao procedimento instaurado para a apuração de "Notícia Fato" de uso irregular de recursos públicos, destinado a atender a população própria nas cirurgias de CATARATA ou FACECTOMIA, como preconizado pelo Ministério da Saúde, mas que estaria sendo empregado para atender a população da região.

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

Verificar a operacionalização da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São Sebastião do Paraíso quanto à regulação dos usuários do SUS ao procedimento de catarata/Facectomia considerando: a ordenação de fluxo, aplicação de protocolos de regulação e legislações correspondentes. O período de abrangência para a realização de auditoria é de janeiro a dezembro de 2018 e janeiro a julho de 2019.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

O município de São Sebastião do Paraíso localiza-se na Região de Saúde de São Sebastião do Paraíso e na Região Ampliada de Saúde Sul, com gestão de seus prestadores. Possui uma área territorial de 814,93 km², 64.980 habitantes sendo 59.953 população urbana e 5.027 população rural (IBGE). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) deste município é de 0,722 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/2010). A Atenção Primária à Saúde possui 18 equipes de Estratégia Saúde da Família cadastradas (SCNES), representando uma cobertura populacional de 77%, considerando o parâmetro de 3.000 habitantes/equipe. A Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso é um Hospital Geral de Urgência Nível II, único no município, cadastrado no CNES nº 2146525. É executor das cirurgias eletivas de catarata/ facectomia e possui contratos com a gestão do município e habilitações como: Unidade de alta Complexidade Cardiovascular, Cirurgia Cardiovascular e procedimentos Intervencionistas por meio da Portaria/SAS/MS nº 478/2012, Referência Hospitalar em Tratamento AIDS- Portaria/GM/MS nº 2118/2002, Unidade Assistencial alta Complexidade em Traumatologia - Portaria/SAS/MS nº 286/2014. Possui 173 leitos, sendo 135 do SUS e, destes, 20 correspondem à UTI Adulto tipo II e 2 UTI Pediátrica tipo II. Os demais leitos estão cadastrados nas especialidades de clínica geral, cirurgia geral, obstetrícia clínica e cirúrgica, pediatria geral e neurocirurgia.

São Sebastião do Paraíso é referência das cirurgias eletivas de catarata/ facectomia para 07 municípios, Cássia, Ibiraci, Itamogi, Itaú de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino e Delfinópolis. Esta referência foi ampliada durante a vigência da Portaria GM/MS nº 2895 de 12 de setembro de 2018, que disponibilizou um montante de R\$ 25.468.373,30 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e três reais e trinta centavos) para Minas Gerais e os municípios de Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Dolores do Indaiá, Guaxupé, Heliópolis, Jacuí, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Passos, Pratápolis, São Pedro da União, encaminharam os pacientes que se encontravam na fila de espera, aguardando cirurgia de facectomia. Para organizar a execução desta, foi divulgado a Nota Informativa SES/SUBREG/DPPI de 09/2018, contendo as regras de como deveria ser sua realização, devendo os executores interessados, respeitar a fila de espera e ter como premissa sempre a fila de eletivas cadastradas no SUS-fácil/MG. No município de São Sebastião do Paraíso as demandas seguem ordem cronológica de espera dos laudos de solicitação e acompanhamento judicial demandado por um Termo de Ajuste e Conduta (TAC) vigente, do Ministério Público da Comarca de São Sebastião do Paraíso.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

Análise de toda a documentação relativa à demanda do Processo SEI nº 1320.01.0081996/2019-40, identificação pela equipe executora dos fatos e questões de auditoria. Foram solicitadas cópias das atas da Secretaria Executiva da CIR de Passos – MG, e anexadas ao processo. A partir destas, foram elaboradas as Matrizes de Análise, Coleta e cronograma de auditoria, para o setor de SRCA da SMS e para a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, como fonte de informação para a auditoria.

FASE OPERATIVA DA AUDITORIA

A auditoria operativa foi realizada no período de 26 a 29 de agosto de 2019. Iniciou-se os trabalhos de auditoria na SMS de São Sebastião do Paraíso às 14h00 do dia 26 de agosto de 2019, estando presentes a equipe de auditoras, o Gestor Municipal de Saúde, a Diretora e a Gerente do Serviço de Regulação, Controle e Avaliação (SRCA). Foi informado os objetivos da auditoria pela coordenadora da equipe e dando prosseguimento, foram entregues e conferidas a documentação solicitada. Em caráter excepcional, a unidade hospitalar, foi também comunicada oficialmente, com solicitação de documentação específica complementar. Em segundo momento, a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, foi visitada como fonte de informação para a auditoria, sendo realizada reunião com seus dirigentes para esclarecimentos que se fizeram necessários, sendo ao final, disponibilizado as demais documentações solicitadas, para conferência e análise. Prosseguiu-se a apuração dos fatos realizando a análise da documentação e oitivas dos declarantes e/ ou informantes. Seguido o cronograma proposto, prosseguiu-se a apuração dos fatos realizando a análise da documentação e oitivas dos declarantes e/ ou informantes na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso. No dia 28/08/2019 às 17h00min, foram concluídos os trabalhos e feita a reunião de encerramento com o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Termo de Auditoria nº

003/2019.

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

LIMITAÇÕES: Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 582669

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não organiza o acesso à população própria e referenciada por outros municípios para realização de cirurgias eletivas de catarata/facectomia de acordo com as normas vigentes.

Evidência: Ficou evidenciado por meio da documentação analisada e por meio das oitivas coletadas, que os critérios regulatórios desses procedimentos, não garantem o acesso preferencial dos usuários do município bem como dos referenciados de outros municípios para a realização da cirurgia de catarata/facectomia por A.P.A.C. A demanda do município segue ordem cronológica de espera dos laudos de solicitação e acompanhamento judicial demandado por um Termo de Ajuste e Conduta (TAC) vigente, do Ministério Público da Comarca do Município de São Sebastião do Paraíso e não foram cadastrados na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/Módulo Ambulatorial, como critério para as referências intermunicipais. A regulação é feita diretamente pelo prestador, onde os laudos de solicitação de todas as cirurgias são preenchidos pelo médico executor dos procedimentos, no ambulatório de oftalmologia da Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso, através de uma consulta previamente agendada por essa entidade junto aos municípios, assim como todos os exames diagnóstico e pré-operatório para a cirurgia. Os Laudos de Solicitação de A.P.A.C são entregues ao usuário com a orientação de procurar a S.M.S. do município de origem para autorização. Evidencia-se que cada município é responsável pela sua fila de espera, pelo traslado dos usuários, bem como alimentação e hospedagem dos mesmos, no ato dessas consultas, exames diagnósticos, pré-operatórios e o procedimento cirúrgico. A relação dos usuários com indicação para a cirurgia eletiva de catarata/facectomia são encaminhados aos municípios de origem e para o prestador com base na meta pactuada pelo Grupo Técnico Regional da C.I.R./S.R.S. de Passos, comunicado via e-mail, para liberação da série numérica das A.P.A.C.s e posterior autorização do médico autorizador do município de São Sebastião do Paraíso para execução do procedimento e posterior faturamento. Ficou evidenciado que a S.M.S. não regula o acesso, conforme normas vigentes, ficando esta responsabilidade por parte do prestador.

Tal fato está em desacordo com a Portaria GM/MS nº 2.895/2018, Artigo 5º, com a Nota Informativa SES/SUBREG/DPPI de 09/2018 e com a Portaria Consolidada nº 2/2017, anexo XXVI, Capítulo I, Artigo 6º, § 3º.

Fonte da Evidência: Termo de Informação da Gerente da Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso, F.G.C. de 27/08/2019.

Cópia de E-mail do dia 05/10/2018 originado da Coordenação do Ambulatório da Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso referente a Distribuição de Cirurgias Eletivas enviado aos municípios de referência. - Termo de Declaração do Gestor Municipal de São Sebastião do Paraíso, W.A.B. de 28/08/2019.

Termo de Declaração da Gerente de Regulação Controle e Avaliação da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.S.P. de 28/08/2019.

Termo de Declaração do Médico Autorizador da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.L.B. de 28/08/2019. Cópia da Relação das AIHs/APACS das Cirurgias eletivas de Catarata/Facectomia realizadas no período auditado fornecido pelo S.R.C.A. da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso.

Visita in loco na Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso nos dias 26, 27 e 28/08/2019.

Cópia Ata da CIR-Passos de 02/10/2018.

Cópia da Relação dos Usuários das Cirurgias eletivas de Catarata/Facectomia realizadas no período auditado fornecido pelo S.R.C.A. da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso e pela Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS/GRCA 011/2020, datado de 10 de janeiro de 2020, o Sr. Wandilson Aparecido Bicego, (Pessoa

Física e representante legal da Pessoa jurídica), apresentou justificativas referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria 585, que segue abaixo:

Justificativa da Constatação 582669:

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



De acordo com as evidências/fontes apresentadas, vimos informar que o serviço de regulação, controle e avaliação do município, vem atendendo o que diz o art. 5 da Portaria GM/MS nº 2.895/2018.

Art. 5º Caberá aos gestores Estaduais, do Distrito Federal e Municipais a organização e a definição dos critérios regulatórios que garantam o acesso preferencial aos pacientes cuja solicitação já esteja inserida na regulação.

Cabe aqui destacar que conforme informado no Termo de Declaração de M. S. P., para pacientes de São Sebastião do Paraíso:

Paciente procura pela SMS com o documento referente ao procedimento cirúrgico, passa pelo setor de Cirurgias Eletivas, o qual faz acolhimento do paciente e a conferência de todos os dados necessários, após é encaminhado ao médico Regulador/Autorizador para análise dos critérios para posterior autorização. Uma vez autorizado, retorna ao setor de Cirurgias Eletivas, onde é entregue a documentação referida, e a servidora responsável pelo setor dá entrada na demanda para tanto e cadastra no Sus-fácil eletivo. Vale ressaltar que essa demanda é cadastrada na planilha contendo os dados do paciente, inclusive informações relevantes, tais como exames complementares, outros problemas de saúde, desistência, entre outros, portanto esta planilha passa a ser o prontuário do setor de cirurgias eletivas. Para o agendamento do procedimento cirúrgico: o setor de cirurgias eletivas, encaminha e-mail para o prestador Santa Casa, informando a demanda e solicitando a data de agendamento.

Para pacientes intermunicipais:

Quando encaminhados via AIH, o qual houve lançamento no Sus-fácil, o médico regulador visualiza através do sistema Sus-fácil e tendo em vista a PPI e/ou Campanha vigente para assim verificar a probabilidade de autorização, lembrando ainda que o médico regulador tem outros critérios que são balizas para esta autorização.

Quando encaminhados via Apac: o médico regulador recebe a documentação/Apac verifica a probabilidade de autorização (PPI e Campanha vigente).

Já de acordo com Termo de Declaração de W. A.B.

Relatou que o fluxo para o usuário ter acesso as cirurgias eletivas, obedecem o mesmo do SUSFácil, sendo sua origem as USF para o ambulatorio de consultas especializadas, e detectado a necessidade de cirurgias de cataratas e encaminhado para o serviço de regulação, após é encaminhado ao médico Regulador/Autorizador para análise dos critérios para posterior autorização que segue uma ordem cronológica para encaminhar ao prestador.

Afim de comprovar os relatos acima descritos, foram entregues às auditoras as planilhas de controle e regulação dos pacientes de catarata, portando esclarecemos que a época não estávamos cadastrando no SUSFácil Ambulatorial a fila de espera, pois o controle era realizado por planilhas, e logo após agendamento, lançávamos no SUSFÁCIL eletivo de IH. Após orientações da equipe/SES, começamos a efetuar todo cadastro no SUSFácil Ambulatorial, conforme demonstramos no Anexo I, por fim, resta provado que o fluxo anterior não altera o resultado, somente ocorreu a mudança de SUSFÁCIL IH para ambulatorial.

Na oportunidade gostaríamos de informar que não temos conhecimento dos Termo de Declaração prestado pela Santa Casa, pois a regras são do município e não do Prestador.

Diante da justificativa, solicitamos o deferimento da constatação.

Análise da Justificativa:

A Justificativa foi acatada parcialmente.

Conforme identificado em auditoria, a ordenação do fluxo para realização das cirurgias eletivas de catarata/facectomia realizada pelo município executor no período auditado, as demandas do município de São Sebastião do Paraíso seguiram ordem cronológica de espera dos laudos de solicitação. Também não foi utilizado como critério para as referências intermunicipais os pacientes cadastrados na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/Módulo Ambulatorial. Sob esse olhar, a inserção dos pacientes na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial, realizadas a partir do dia 21 de agosto de 2019 (Anexo I), comprovando a substituição das planilhas evidencia-se uma importante ação gerencial realizada pelo município, entendida como garantia de acesso preferencial aos pacientes que ainda aguardam pela cirurgia.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas parcialmente suficientes para afastar esta não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa:

Parcialmente

Recomendação:

Garantir o acesso preferencial aos pacientes cuja solicitação já esteja inserida na regulação, cumprindo o que determina a Portaria GM/MS nº 2.895/2018, Artigo 5º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL DE SÃO SEB PARAISO - FMS SÃO SEBASTIAO DO 15.595.397/0001-89	

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



PARAÍSO

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 582671

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não utiliza protocolos de regulação de acesso para procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia.

Evidência: Em visita in loco na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, verificou-se através da análise dos prontuários dos usuários que realizaram as cirurgias eletivas de catarata/facectomia e por meio das ótimas coletadas, que o município de São Sebastião do Paraíso não possui Protocolo de Regulação de Acesso para as cirurgias eletivas de catarata/facectomia e em consonância com as diretrizes estaduais vigentes, tanto para os municípios quanto para as referências intermunicipais. Os Laudos de Solicitação de APACs dos municípios e das referências intermunicipais são todos preenchidos pelo médico do Ambulatório de Oftalmologia da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, após os pacientes terem realizado os exames diagnósticos e pré-operatórios por esse prestador. Os referidos laudos chegam fisicamente através dos pacientes, tanto no SCRA do município de São Sebastião do Paraíso, quanto nos SCRA dos municípios referenciados, com a cirurgia agendada pelo prestador. Portanto, a S.M.S. de São Sebastião do Paraíso autoriza as APACs apenas para fins de faturamento, uma vez que o autorizador do S.C.R.A. desse município não define os critérios e prioridades do fluxo para essas cirurgias.

Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., "f", Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V, art. 8º, inciso IV e no art. 10, §3º Inciso III.

Fonte da Evidência: Termo de Informação da Gerente da Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso, F.G.C. de 27/08/2019, Termo de Declaração do Gestor Municipal de São Sebastião do Paraíso, W.A.B. de 28/08/2019; Termo de

Declaração da Gerente de Regulação Controle e Avaliação da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.S.P. de 28/08/2019, Termo de Declaração do Médico Autorizador da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.L.B. de

28/08/2019 e Visita In Loco na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso nos dias 26, 27 e 28/08/2019 para análise dos prontuários dos usuários que realizaram as cirurgias eletivas de catarata/facectomia no período auditado.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS/GRCA 011/2020, datado de 10 de janeiro de 2020, o Sr. Wandilson Aparecido Bicego, (Pessoa

Física e representante legal da Pessoa jurídica), apresentou justificativas referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria 585, que segue abaixo:

Justificativa da constatação nº 582671:

Após a constatação citada, reuniu-se a equipe, desenvolveram e implantaram o Protocolo de Regulação de Cirurgias Eletivas de Catarata na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso MG, conforme segue em Anexo II para adequação e melhoria do serviço prestado para os nossos municípios e de demais municípios.

Já informamos o Prestador sobre o mesmo.

Diante da justificativa, solicitamos o deferimento da constatação.

Análise da Justificativa: A justificativa foi acatada, pois foi enviada cópia do Protocolo de Regulação de Cirurgias Eletivas de Catarata na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso MG (Anexo II), bem como foi realizada inserção dos pacientes na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial, a partir do dia 21 de agosto de 2019, comprovando a substituição das planilhas (Anexo I). Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se suficientes para afastar a não conformidade. **Acatamento da**

Justificativa: Sim

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 582673

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não realiza o controle dos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata/facectomia, disponíveis à população referenciada por município de origem conforme legislações vigentes.

Evidência: Ficou evidenciado através da oitava coletada, análise pela Visita In Loco na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso para análise dos prontuários dos usuários que realizaram cirurgias eletivas de catarata/facectomia, que todos os Laudos de Solicitação de APACs foram autorizados pelo médico Autorizador/Regulador do S.R.C.A. da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso e faturadas conforme autorizado e realizado, não apresentou incongruência entre as documentações apresentadas e conferidas. Entretanto, a S.M.S. do município, não realiza a organização e a priorização do acesso para o atendimento das referências intermunicipais, tendo como premissa a fila de eletivas cadastrada no SUSFÁCIL/Módulo Ambulatorial para as essas cirurgias eletivas. Tal fato está em desacordo com Portaria MS/GM Nº 2.895/2018, art. 5º, Nota Informativa SES/SUBREG/DPPI de 09/2018 e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I, art. 8º, § 1º, inciso V.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do Médico Autorizador da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.L.B. de 28/08/2019 e Visita In Loco na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso nos dias 26, 27 e 28/08/2019 para análise dos prontuários dos usuários que realizaram as cirurgias eletivas de catarata/facectomia no período auditado e cópia da Relação das AIHs/APACs das Cirurgias eletivas de Catarata/Facectomia realizadas no período auditado, fornecido pelo S.R.C.A. da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS/GRCA 011/2020, datado de 10 de janeiro de 2020, o Sr. Wandilson Aparecido Bicego, (Pessoa Física e representante legal da Pessoa jurídica), apresentou justificativas referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria 585, que segue abaixo:

Justificativa da constatação nº 582673:

Cabe aqui esclarecer que com a vigência da Portaria nº 2.895 a partir de 12/09/2018, este SRCA da SMS de S. S. Paraíso passou a executar cirurgias de catarata/facectomia através de APAC, tal procedimento até então, era realizado por meio de AIH, sendo assim, os pacientes não eram inseridos no módulo ambulatorial do Sus-fácil tendo em vista que o processo para tanto foi alterado repentinamente e apenas posteriormente é que fomos instruídos sobre tanto. Lembrando ainda que no módulo ambulatorial do Sus-fácil não há possibilidade de lançamento da cirurgia a ser realizada, conforme Anexo III.

Destacamos que conforme informado no Termo de Declaração de M.S.P.:

Para pacientes intermunicipais:

Quando encaminhados via AIH, o qual houve lançamento no Sus-fácil, o médico regulador visualiza através do sistema Sus-fácil e tendo em vista a PPI e/ou Campanha vigente para assim verificar a probabilidade de autorização, lembrando ainda que o médico regulador tem outros critérios que são balizas para esta autorização.

Quando encaminhados via Apac: o médico regulador recebe a documentação/Apac verifica a probabilidade de autorização (PPI e Campanha vigente). No período de setembro a dezembro de 2018, de acordo com a Portaria vigente à época (2.895), e logo após reunião na SRS/Passos foi definido que Cássia, Passos, Piumhi e S.S.Paraíso seriam os municípios executores de cirurgias eletivas do qual foi encaminhado e-mail datado de 24 de setembro de 2018 às 16:09 para todas as Secretarias Municipais de Saúde dando ciência de tal situação, conforme documento anexo III e da mesma forma foi feita por outras Regionais de Saúde, disseminando a informação dos municípios executores.

Conforme o e-mail, citado no depoimento de M.S.P, segue em Anexo IV.

Mediante às considerações feitas acima, evidencia-se que o SRCA desta SMS, realiza a regulação das cirurgias de cataratas intermunicipais, assim como é feito dos nossos municípios.

Quanto ao depoimento do M.L.B

...Quanto as cidades contempladas na campanha, as APACs vieram preenchidas, sem terem sido entregues a mim pelos próprios pacientes ou representantes como acontece com os pacientes de São Sebastião do Paraíso.

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O depoimento do M.L.B. deve ser feito através de uma interpretação sistêmica, ou seja, análise do todo, não podendo fracionar, pois se assim feito, seremos levados a uma situação adversa do que realmente acontece. Pois os pacientes originários de outros municípios, já vem previamente triados, com a documentação preenchida pelo médico solicitante oftalmologista, ficando a cargo desse município executor o controle das cirurgias e a revisão e autorização para faturamento.

Seguindo o fluxo do SUSFácil, quando o procedimento é cadastrado no módulo ambulatorial, neste caso de cirurgias eletivas por APAC, até a presente data não conseguimos visualizar o cadastro dos municípios de referência; bem como não há possibilidade de lançamento de cirurgia no módulo ambulatorial, e conforme a Portaria art. 5 da Portaria GM/MS nº 2.895/2018, em nenhum momento deixamos de controlar e regular os procedimentos de cirurgias eletivas, só não utilizamos o sistema (SOFTWARE) Estadual de Regulação.

Art. 5º Caberá aos gestores Estaduais, do Distrito Federal e Municipais a organização e a definição dos critérios regulatórios que garantam o acesso preferencial aos pacientes cuja solicitação já esteja inserida na regulação.

Diante da justificativa, solicitamos o deferimento da constatação.

Análise da Justificativa:

A Justificativa foi acatada parcialmente. Conforme identificado em auditoria, não foi utilizado como critério para as referências intermunicipais os pacientes cadastrados na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/Módulo Ambulatorial.

Sob esse olhar, a inserção dos pacientes na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial, realizadas a partir do dia 21 de agosto de 2019 (Anexo I), comprovando a substituição das planilhas evidencia-se uma importante ação gerencial realizada pelo município, entendida como garantia de acesso preferencial aos pacientes que ainda aguardam pela cirurgia.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas parcialmente suficientes para afastar esta não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: Controlar e garantir o acesso preferencial aos pacientes cuja solicitação já esteja inserida na regulação, cumprindo o que determina a Portaria GM/MS nº 2.895/2018, Artigo 5º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15.595.397/0001-89

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 582674

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não realiza a gestão da fila dos usuários do SUS para procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia.

Evidência:

Por meio da análise documental e oitivas com a Gerente de Regulação Controle e Avaliação e com o Autorizador/Regulador do S.R.C.A., ficou evidenciado que a S.M.S. de São Sebastião do Paraíso não realiza a gestão da fila dos usuários do SUS para procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia. Não estabelece protocolos de fluxo de encaminhamento dos usuários da rede referenciada, por meio da fila de espera do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial e para os usuários da rede própria não possui protocolos clínicos, tendo como premissa a ordem cronológica da agenda/planilha de marcação cirúrgica.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I, art. 8º, § 1º, inciso V.

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

**Fonte da Evidência:**

Termo de Declaração da Gerente de Regulação Controle e Avaliação da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.S.P. de 28/08/2019.

Termo de Declaração do Médico Autorizador/regulador da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.L.B. de 28/08/2019.

cópia da Relação das AIHs/APACS das Cirurgias eletivas de Catarata/Facectomia realizadas no período auditado. cópia da Agenda/planilha de marcação de procedimentos cirúrgicos eletivos de Catarata/Facectomia do S.R.C.A..

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS/GRCA 011/2020, datado de 10 de janeiro de 2020, o Sr. Wandilson Aparecido Bicego, (Pessoa

Física e representante legal da Pessoa jurídica), apresentou justificativas referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria 585, que segue abaixo:

Justificativa da Constatação 582674:

Conforme já informado anteriormente, o município não estava utilizando o SUSFácil, módulo ambulatorial para gestão da fila, mas utilizamos planilhas de excel para controle, e critérios da demanda de pacientes que estavam aptos para a realização do procedimento em tela.

Após orientações da equipe/SES começamos a fazer o cadastro no módulo ambulatorial, e também já foi confeccionado o referido protocolo, conforme Anexo II.

Diante da justificativa, solicitamos o deferimento da constatação.

Análise da Justificativa:

A justificativa foi parcialmente acatada. Conforme identificado em auditoria, a S.M.S não utilizou protocolos de fluxo de encaminhamento dos usuários da rede referenciada, por meio da fila de espera do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial e para os usuários da rede própria a premissa seguida foi a ordem cronológica da agenda/planilha de marcação cirúrgica.

Sob esse olhar, a inserção dos pacientes na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial, realizadas a partir do dia 21 de agosto de 2019 (Anexo I), comprovando a substituição das planilhas de excel, bem como a elaboração de protocolo, evidencia-se uma importante ação gerencial realizada pelo município, entendida como garantia de acesso preferencial aos pacientes que ainda aguardam pela cirurgia.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas parcialmente suficientes para afastar esta não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa:

Parcialmente

SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO

PARAISO

15.595.397/0001-89

Recomendação:

Realizar a gestão da fila dos usuários do SUS para procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia, garantindo o acesso preferencial aos pacientes cuja solicitação já esteja inserida na regulação, cumprindo o que determina a Portaria GM/MS nº 2.895/2018, Artigo 5º.

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 582676

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O Serviço de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião de Paraíso não utiliza

protocolos clínicos para padronização do acesso a procedimentos APAC para cirurgias de catarata/facectomia de acordo com as diretrizes terapêuticas vigentes do SUS.

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Evidência: A S.M.S. de São Sebastião não apresentou Protocolos Clínicos para priorização do acesso a procedimentos APAC para

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



cirurgias de catarata/facectomia de acordo com as diretrizes terapêuticas vigentes do SUS.

Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, "e" e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º inciso III.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do Médico Autorizador da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.L.B. de 28/08/2019, Termo de Declaração do Gestor Municipal de São Sebastião do Paraíso, W.A.B. de 28/08/2019 e Termo de Declaração da Gerente de Regulação Controle e Avaliação da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.S.P. de 28/08/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS/GRCA 011/2020, datado de 10 de janeiro de 2020, o Sr. Wandilson Aparecido Bícigo, (Pessoa Física e representante legal da Pessoa jurídica), apresentou justificativas referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria 585, que segue abaixo:
Justificativa da Constatação nº 582676:
O Protocolo já foi confeccionado pela equipe, conforme Anexo II.
Diante da justificativa, solicitamos o deferimento da constatação.

Análise da Justificativa: Justificativa acatada, pois foi enviado cópia do Protocolo de Regulação de Cirurgias Eletivas de Catarata na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso- MG, datado de dezembro de 2019 (Anexo II).

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 582677

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso autoriza procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia para usuários do SUS que não são regularmente encaminhados.

Evidência: Constatou-se que a S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, município executor responsável pela oferta das cirurgias eletivas de catarata/facectomia, não realizou o monitoramento por meio do controle dos Laudos cadastrados na fila de espera do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial das referências intermunicipais. Através das informações coletadas por meio de visitas e visita na unidade executora, verificou-se que não foram definidos os critérios de acesso a partir de protocolos clínicos à população própria e referenciada conforme as normas vigentes. As cirurgias dos usuários referenciados de outros municípios, ocorreram sem o controle direto do município executor, ficando essa responsabilidade por conta do prestador e as mesmas foram autorizadas e conferidas pelo autorizador do S.R.C.A da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso após a realização das mesmas, apenas para fins de faturamento. Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 7.508/2011, art. 13, Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I, art. 8º, § 1º, inciso I e V e a Nota Informativa SES/SUBREG/DPPI de 09/2018- Conteúdo da Nota Informativa.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do Gestor Municipal de São Sebastião do Paraíso, W.A.B. de 28/08/2019.
Termo de Declaração da Gerente de Regulação Controle e Avaliação da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.S.P. de 28/08/2019.
Termo de Declaração do Médico Autorizador da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso, M.L.B. de 28/08/2019. Cópia da Relação das AIHs/APACS das Cirurgias eletivas de Catarata/Facectomia realizadas no período auditado fornecido pelo S.R.C.A. da S.M.S. de São Sebastião do Paraíso.
Visita in loco na Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso nos dias 26, 27 e 28/08/2019 realizadas no período auditado.
Termo de Informação da Gerente da Santa Casa de M. de São Sebastião do Paraíso, F.G.C. de 27/08/2019. Cópia de E-mail do dia 05/10/2018 originado da Coordenação do Ambulatório d a Santa Casa d e M . d e São Sebastião do Paraíso referente a Distribuição de Cirurgias Eletivas enviado aos municípios de referência.

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS/GRCA 011/2020, datado de 10 de janeiro de 2020, o Sr. Wandilson Aparecido Bicego, (Pessoa

Física e representante legal da Pessoa jurídica), apresentou justificativas referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria 585, que segue abaixo:

Justificativa da constatação nº 582677:

Cabe aqui expressar a indignação e estranheza quanto as informações constantes na fonte de evidencia prestadas pela ilustre Instituição.

Afirmamos veementemente que nenhum paciente fez cirurgia de catarata/facectomia sem autorização prévia do médico regulador do município.

Ocorre que o prestador ficou por conta de disponibilizar a data do agendamento das cirurgias, uma vez que a capacidade instalada para a execução das cirurgias ora autorizadas por esse município, esta a cargo do prestador, sempre de acordo com a disponibilidade da agenda do médico executor, do centro cirúrgico e de materiais hospitalares.

De acordo com Termo de Depoimento de W.A.B, conforme abaixo descrito, em nenhum momento foi citado que o serviço de controle e avaliação não autoriza procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia para usuários do SUS que não são regularmente encaminhados.

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos 28 dias do mês de Agosto de 2019, às 15:55 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, sito à rua Geraldo Marcolini, nº 1.882, Vila Santa Maria, do município de São Sebastião do Paraíso MG, estando presentes as servidoras Aparecida Constância de Paula Maia, Lourdes Neves de Souza Lima e Regina de Fátima Moraes Rocha, procede-se à apuração dos fatos. Informo que, eu, Wandilson Aparecido Bicego, Secretário Municipal de Saúde, portadora do RG: M - 8189071e CPF:023.666.036-57, matrícula nº 0901 à respeito dos questionamentos do Núcleo de Auditoria Assistencial do Estado de Minas Gerais.

Relatou que o fluxo para o usuário ter acesso as cirurgias eletivas, obedecem o mesmo do SUSFácil, sendo sua origem as USF para o ambulatório de consultas especializadas, e detectado a necessidade de cirurgias de cataratas e encaminhado para o serviço de regulação, após é encaminhado ao médico Regulador/Autorizador para análise dos critérios para posterior autorização que segue uma ordem cronológica para encaminhar ao prestador, que com uma avaliação/consulta prévia reavalia o paciente para ver as condições físicas, solicitar os exames pré operatórios e medir a lente a adquirida para a referida cirurgia, nesta avaliação prévia já são realizados alguns exames, preconizado pelo próprio médico, lembrando que nenhum procedimento referente a catarata possui complementação de tabela.

Com referência a campanha de cirurgias realizadas através da Portaria 2895/2018, seguimos o mesmo fluxo para os nossos municípios, trabalhando para atender a maior quantidade de pacientes possíveis, e de acordo com orientações da Superintendência Regional de Saúde de Passos, através do email enviado pelo setor de regulação, em 28 de setembro de

2018, seguimos as devidas orientações, onde não havia necessidade de pactuação e que deveríamos atender no mínimo 60% de referências e automaticamente 40% de municípios de São Sebastião do Paraíso, sendo assim para atendermos o maior numero de nossos usuários, necessitamos atender um maior número de referências, que pode ter ocorrido que alguns pacientes tiveram que aguardar um pouco mais para realizar a cirurgia do segundo olho, que foram atendidos e hoje encontram-se na fila de espera somente paciente inscritos em 2019, com isso não vejo prejuízo aos nossa paciente em detrimento de atendidos a pacientes de outros municípios, pelo contrário, quanto maior foram atendidos pacientes da região, maior seria o numero de atendimentos de pacientes de nosso município. A título de informações a nossa fila de espera é acompanhada e monitorada pelo Ministério Público, no qual possuímos um TAC para execução.

No Termo de Depoimento de M.S.P., conforme abaixo descrito, também não ficou evidenciado que é autorizado procedimentos cirúrgico para usuários do SUS que não são regularmente encaminhados.

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos 28 dias do mês de Agosto de 2019, às 7 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, sito à rua Geraldo Marcolini, nº 1.882, Vila Santa Maria, do município de São Sebastião do Paraíso MG, estando presentes as servidoras Aparecida Constância de Paula Maia, Lourdes Neves de Souza Lima e Regina de Fátima Moraes Rocha, procede-se à apuração dos fatos. Informo que, eu, Marcella Soares Pádua, gerente de Regulação, Controle e Avaliação, portadora do RG: MG-11.161.483 e CPF:075.164.896-54, matrícula nº 13.260 à respeito dos questionamentos do Núcleo de Auditoria Assistencial do Estado de Minas Gerais.

Com o objetivo de responder à Auditoria especial voltada para procedimentos cirúrgicos de Catarata Facomulsificação com Implante de Lente Intra-Ocular 04.05.05.037-2, instrumento de registro: AIH (Procedimento Principal) e APAC (Procedimento Principal), no período de Janeiro a Dezembro de 2018 e de Janeiro a Julho de 2019. No que se refere a protocolo para acesso/encaminhamento de pacientes que são recepcionados na Santa Casa de Misericórdia de S.S. Paraíso (eletivo) utilizamos o Contrato Administrativo nº 95

Atividade homologada e regulada em 17/12/2020 14:26:13

Acesso 1382662



004/2018, Processo Administrativo nº 2547/2017 e Inexigibilidade de Licitação nº 034/2017, informamos que o referido contrato encampa as campanhas tanto Estadual quanto Federal de procedimentos eletivos, sempre pautado nas regras estabelecidas tanto nas Deliberações, no Sus-fácil eletivo como também por procedimentos internos pré-estabelecidos por esta Secretaria.

Quanto aos fluxos de acesso para os procedimentos cirúrgicos de catarata municípios de S.S.Paraíso:

Tendo em vista que a porta de entrada para o SUS Municipal são as Unidades de Saúde da Família, paciente passa em consulta com o médico da Família e o mesmo detectando a necessidade encaminha para o Ambulatório de Especialidades que providenciará o agendamento da consulta com o Oftalmologista. Após a consulta com o especialista, caso seja indicado o procedimento de Catarata, o mesmo preencherá AIH (de janeiro a agosto de 2018) / Apac (setembro de 2018 a julho de 2019). Paciente procura pela SMS com o documento referente ao procedimento cirúrgico, passa pelo setor de Cirurgias Eletivas, o qual faz o acolhimento do paciente e a conferência de todos os dados necessários, após é encaminhado ao médico Regulador/Autorizador para análise dos critérios para posterior autorização. Uma vez autorizado, retorna ao setor de Cirurgias Eletivas, onde é entregue a documentação referida, e a servidora responsável pelo setor dá entrada na demanda para tanto e cadastra no Sus-fácil eletivo. Vale ressaltar que essa demanda é cadastrada na planilha contendo os dados do paciente, inclusive informações relevantes, tais como exames complementares, outros problemas de saúde, desistência, entre outros, portanto esta planilha passa a ser o prontuário do setor de cirurgias eletivas. Para o agendamento do procedimento cirúrgico: o setor de cirurgias eletivas, encaminha e-mail para o prestador Santa Casa, informando a demanda e solicitando a data de agendamento. Uma vez informadas as datas de realização das cirurgias, lançado Sus-fácil Eletivo (AIH) e o médico Regulador autoriza o mesmo para o prestador gerar o boleto de agendamento para internação do paciente. Comunicado paciente o qual retira a documentação na SMS, onde é assinado caderno de retirada de documentos e feitas todas as orientações pertinentes; nesse momento o paciente é retirado da planilha de demanda de espera e passa para planilha de cirurgias realizadas (anexo I). Caso o paciente tenha indicação para realização de cirurgia de catarata em ambos os olhos, o médico especialista preencherá nova documentação para tanto, uma vez que não é realizada esta cirurgia de ambos os olhos num mesmo momento, levando em conta também a tabela Sigtap, a qual discrimina como quantidade máxima a ser realizada por paciente, um, conforme anexo II. Portanto o paciente com indicação de ambos os olhos, realiza o primeiro procedimento e o médico executor preenche a documentação necessária para a realização do segundo olho, orientando que o paciente procure por esta Secretaria para nova autorização, destacamos que referente a este paciente do segundo olho, o fluxo se diferencia na questão de entrada na demanda, conforme pode ser confirmada através da planilha de cirurgias realizadas onde são diferenciados estes pacientes por meio de cores. Para melhor visualização do que está sendo narrado se faz necessário a análise da planilha em questão, uma vez que não disponibilizamos de impressão colorida. A partir do momento que o procedimento passou a ser através de Apac, o fluxo é o mesmo descrito acima, porém o cadastramento no Sus-fácil módulo Ambulatorial está sendo feito no presente momento. Para as cirurgias de Catarata o nosso município firmou em 14/03/2017 um termo de ajustamento de conduta através da Ação Civil Pública nº 0086151-72.2016.8.13.0647, que vem sendo cumprido a contento. Mediante ao fluxo acima narrado, bem como, o termo de ajuste de conduta, esta Secretaria de Saúde, em consonância com o setor de cirurgias eletivas e as atribuições do médico regulador zela pela transparência da fila de demanda de cirurgias eletivas não se pautando por nenhum fator externo que não seja relatório médico ou critérios clínicos individuais.

Para pacientes intermunicipais:

Quando encaminhados via AIH, o qual houve lançamento no Sus-fácil, o médico regulador visualiza através do sistema Sus-fácil e tendo em vista a PPI e/ou Campanha vigente para assim verificar a probabilidade de autorização, lembrando ainda que o médico regulador tem outros critérios que são balizas para esta autorização.

Quando encaminhados via Apac: o médico regulador recebe a documentação/Apac verifica a probabilidade de autorização (PPI e Campanha vigente). No período de setembro a dezembro de 2018, de acordo com a Portaria vigente à época (2.895), e logo após reunião na SRS/Passos foi definido que Cássia, Passos, Piumhi e S.S.Paraíso seriam os municípios executores de cirurgias eletivas do qual foi encaminhado e-mail datado de 24 de setembro de 2018 às 16:09 para todas as Secretarias Municipais de Saúde dando ciência de tal situação, conforme documento anexo III e da mesma forma foi feita por outras Regionais de Saúde, disseminando a informação dos municípios executores. De acordo com o surgimento de demandas oriundas dessa Portaria o fluxo adotado por esta Secretaria foi o que segue abaixo:

* Referente a consulta segue modelo de autorização em Anexo IV este documento é o início do processo para realização de cirurgias de catarata, tendo em vista a necessidade do nosso município/setor de revisão ter um lastro para auditoria e acompanhamento dos processos executados.

Na documentação solicitada por esta auditoria, no item 1 - lista de todas as cirurgias eletivas de catarata/facetomia reguladas por esta SMS no período de janeiro a dezembro de 2018 e janeiro a julho de 2019, no que se refere às AIHs foram apresentadas por competências de faturamento e não por data de realização, porém pode ser verificado nos espelhos as datas de internações dos

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

Auditoria nº 585



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



pacientes, pois no início do ano de 2018 estava em vigência outra Portaria referente à cirurgias eletivas. Exemplo: Itaú de Minas, onde todas as internações são de Maio e Junho de 2018, porém com apresentação para faturamento posterior à realização conforme é preconizado pelo Sistema SIHD.

No intuito de contribuir com esta Auditoria Especial reforçamos, mais uma vez que todos os procedimentos realizados no período de setembro a dezembro de 2018, foram contempladas pela Portaria 2.895 de 12/09/2018 com vigência até 31/12/2018, sempre obedecendo os critérios de um percentual para a referência de aproximadamente 60%, não concentrando somente na população local, bem como, não seria feito ou haveria pactuação por origem como nas últimas estratégias, PORTANTO NÃO HAVERIA DELIBERAÇÃO ESTADUAL. (grifo nosso, texto extraído do e-mail referente ao anexo III). Destacamos ainda a necessidade do nosso município em ter uma série histórica para o procedimento em tela, haja vista que os parâmetros do Ministério da Saúde/Estado para distribuição de recursos estão vinculados à série histórica, e por uma infelicidade como pode ser constatado, em gestões anteriores não houve a preocupação nem tão pouco o zelo quanto a produção desses parâmetros.

No Termo de Depoimento de M.L.B., segue em ANEXO V, também não evidenciado esta constatação.

Todos os procedimentos que foram realizados possuem assinatura dos gestores de origem, conforme demonstramos alguns exemplos em ANEXO VI.

No entanto, vale ressaltar que desconhecemos o teor do Termo de Depoimento da Gerente da Santa Casa F.G.C. também ficamos impossibilitado de convocá-la para responder as constatações que é citada, pois a mesma foi demitida da instituição.

Como o Serviço de Regulação é realizado pelo município e não pelo prestador, solicitamos o deferimento da constatação.

Análise da Justificativa:

Justificativa acatada parcialmente. Conforme identificado em auditoria, o município não realizou o monitoramento das referências intermunicipais por meio do controle dos Laudos cadastrados na fila de espera do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial.

Sob esse olhar, a inserção dos pacientes na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial, realizadas a partir do dia 21 de agosto de 2019 (Anexo I), evidencia-se uma importante ação gerencial realizada pelo município, para o monitoramento referências intermunicipais que ainda aguardam pela cirurgia.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas parcialmente suficientes para afastar esta não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: Realizar o monitoramento por meio do controle dos Laudos cadastrados na fila de espera do SUSFÁCIL/ Módulo Ambulatorial das referências intermunicipais, garantindo o acesso preferencial aos pacientes cuja solicitação já esteja inserida na regulação, cumprindo o que determina a Portaria GM/MS nº 2.895/2018, Artigo 5º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15.595.397/0001-89

VI - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Irregularidades no fluxo de encaminhamento de pacientes SUS para cirurgia eletiva de catarata/facectomia no município de São Sebastião do Paraíso.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 81858

Atividade homologada e encerrada em: 17/12/2020 14:26:13

VII - CONCLUSÃO

Auditoria nº 585



Resultado da denúncia

Fato: Irregularidades no fluxo de encaminhamento de pacientes SUS para cirurgia eletiva de catarata/facectomia no município de São Sebastião do Paraíso.

Resultado do Fato: Verificou-se que o fluxo de encaminhamento de pacientes SUS para cirurgia eletiva de catarata/facectomia no município de São Sebastião do Paraíso, as demandas do município de São Sebastião do Paraíso, seguiram ordem cronológica de espera dos laudos de solicitação, assim como, não foi utilizado como critério para as referências intermunicipais os pacientes cadastrados na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/Módulo Ambulatorial.

Data de apuração: 29/08/2019

Resultado: Procede

Conclusão: Conclui-se, baseados nos achados da auditoria, que os instrumentos de gestão utilizados pelo município de São Sebastião do Paraíso para realização de cirurgias de catarata/facectomia, não foram eficazes o bastante para evitar a ocorrência de falhas quanto ao fluxo de encaminhamento de pacientes SUS para realização das mesmas, tanto para as demandas de cirurgias existentes em seu município, quanto às demandas dos municípios referenciados. A SMS de São Sebastião do Paraíso, em suas justificativas, enviou o Protocolo de Regulação de Cirurgias Eletivas de Catarata na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso, ficando assim, demonstrado seu comprometimento com a melhoria da assistência prestada aos usuários do SUS, bem como, o aperfeiçoamento de sua gestão quanto ao fluxo de encaminhamento de pacientes SUS para cirurgia eletiva de catarata/facectomia no município de São Sebastião do Paraíso.